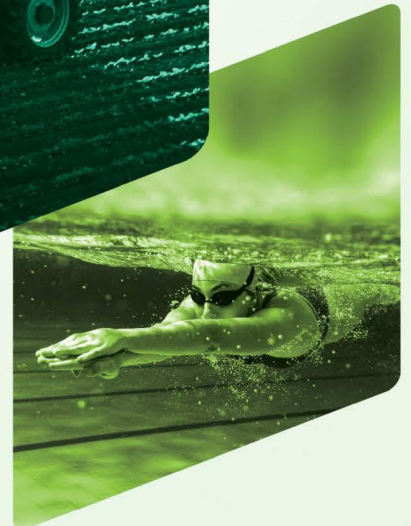
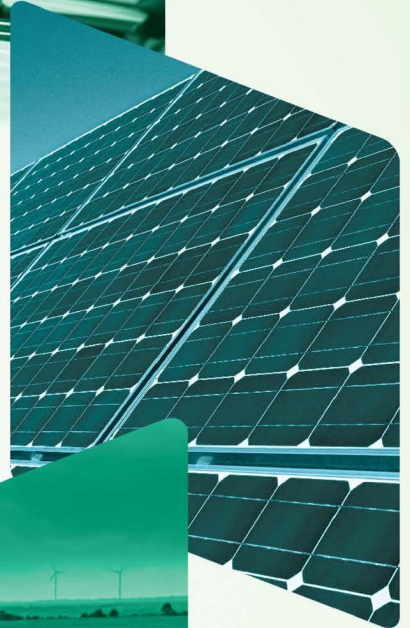


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

2º SEMESTRE DE 2022



ATIVO	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.074.437	767.628
Ativos financeiros		17.449.629	15.804.657
Ao custo amortizado	5	15.612.876	14.308.926
Títulos e valores mobiliários		364.724	613.715
Operações de crédito e repasses financeiros	6	15.464.679	13.909.459
Outros ativos financeiros		202.895	206.129
(-) Provisão para perdas esperadas	5	(419.422)	(420.377)
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	7	1.833.782	1.490.651
Ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA)	7	2.971	5.080
Ativos fiscais		459.451	448.210
Correntes		78.954	47.328
Diferidos	14.2	380.497	400.882
Outros ativos	8	150.037	146.057
Ativos tangíveis	9	51.391	52.129
Ativos intangíveis	9	14.418	17.180
TOTAL DO ATIVO		19.199.363	17.235.861
PASSIVO	Nota	2022	2021
Passivos financeiros		14.523.160	13.076.133
Ao custo amortizado	10	14.516.666	13.073.615
Depósitos a prazo		11.832	30.976
Obrigações por empréstimos e repasses		13.884.757	12.545.041
Outros passivos financeiros		620.077	497.598
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)		6.494	2.518
Provisões	12	126.608	131.369
Passivos fiscais		366.702	281.736
Correntes		317.933	220.276
Diferidos	14.2	48.769	61.460
Outras obrigações	15	341.962	306.358
TOTAL DO PASSIVO		15.358.432	13.795.596
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2022	2021
Capital social	16	1.971.507	1.734.924
Reservas de lucro		1.993.675	1.770.620
Outros resultados abrangentes		(124.251)	(99.824)
Lucros (prejuízos) acumulados		-	34.545
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.840.931	3.440.265
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.199.363	17.235.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2022	2021
Resultado com juros e similares	17	1.087.634	755.101
Receita com juros e similares		1.860.887	1.383.054
Despesa com juros e similares		(773.253)	(627.953)
Ganhos (perdas) esperadas sobre ativos financeiros		(11.956)	(12.152)
Perdas esperadas de crédito		(13.144)	(12.672)
Perdas esperadas de títulos e valores mobiliários		1.188	520
Resultado de tarifas e comissões	18	13.250	16.527
Receitas com tarifas e comissões		44.907	37.025
Despesas com tarifas e comissões		(31.657)	(20.498)
Resultado operacional bruto		1.088.928	759.476
Outras receitas / despesas		(347.317)	(271.886)
Despesas com pessoal	19	(224.347)	(215.503)
Outras despesas administrativas	20	(56.931)	(46.984)
Despesas tributárias	21	(56.672)	(39.714)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	2.047	31.157
Depreciação e amortização		(9.619)	(8.450)
Despesas com provisões		(1.461)	(4.317)
Lucro na venda de ativos		891	13.649
Ganhos (perdas) com ativos não financeiros		(1.225)	(1.724)
Lucro operacional antes da tributação		741.611	487.590
Imposto de renda e contribuição social	14.1	(316.519)	(232.153)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		425.092	255.437
Resultado líquido por ação (lote de 1000 ações)		0,23	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	425.092	255.437
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(2.109)	3.147
Obrigações com benefícios de aposentadoria	(14.825)	38.494
Efeito tributário sobre outros resultados abrangentes	(7.493)	(24.913)
Total de outros resultados abrangentes	(24.427)	16.728
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	400.665	272.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital Social	Reservas de capital		Reservas de lucro Fundo regimental	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Fundo Regimental	Outros				
Saldos em 01/01/2021	1.518.579	1.736.957	709	-	(116.551)	27.875	3.167.569
Reclassificação contábil	-	(1.736.957)	(709)	1.720.353	-	17.313	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	16.727	532	17.259
Aumento de capital	216.345	-	-	(216.345)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	255.437	255.437
Constituição de reservas	-	-	-	266.612	-	(266.612)	-
Saldos em 31/12/2021	1.734.924	-	-	1.770.620	(99.824)	34.545	3.440.265
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	1	(24.427)	-	(24.426)
Aumento de capital	236.583	-	-	(236.583)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	425.092	425.092
Constituição de reservas	-	-	-	459.637	-	(459.637)	-
Saldos em 31/12/2022	1.971.507	-	-	1.993.675	(124.251)	-	3.840.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período ajustado	778.977	516.727
Lucro antes da tributação	741.611	487.590
Ajuste por:		
Depreciação e amortização	9.619	8.450
Ajuste a valor de mercado – ativos e passivos	(7.150)	2.820
Provisão para perdas com ativos financeiros	11.956	12.152
Outras provisões	1.461	4.317
Provisão para perdas com ativos não financeiros	21.480	1.724
Redução / (aumento) de ativos operacionais	(1.611.534)	(339.354)
Ativos financeiros ao custo amortizado	(1.296.274)	(500.174)
Ativos financeiros por meio do resultado	(335.076)	68.184
Ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes	-	(543)
Demais ativos	19.816	93.179
Aumento / (redução) de passivos operacionais	1.163.533	(9.795)
Passivos financeiros	1.446.122	158.688
Provisões	(6.131)	(6.189)
Passivos fiscais correntes	(249.642)	(177.492)
Outras obrigações	(26.816)	15.198
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais	330.976	167.578
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação no intangível	(3.126)	(6.295)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.371)	(2.638)
Alienação de imobilizado de uso	7	68
(Aumento)/Redução ativos financeiros mantidos até o vencimento	(18.678)	68.353
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimento	(24.168)	59.488
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	306.808	227.066
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do período	767.628	540.562
Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.074.436	767.628
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	306.808	227.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 28 de março de 2023.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado BRDE foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais (*International Accounting Standards Board* – IASB) traduzidas para o português pelo Instituto dos Auditores Independentes (IBRACON) que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2022.

2.3 Entidades consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do BRDE incluem as seguintes instituições:

- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
- BB Polo 27 Fundo de Investimento de Renda Fixa

2.4 Adoção de novas normas ou alterações e interpretações de normas já existentes

2.4.1 Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2021

As normas e interpretações listadas abaixo entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2021 para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. Embora a lista de novos padrões seja fornecida abaixo, não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis e/ou com impacto nessas demonstrações financeiras.

As seguintes alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022:

- IFRS 3 – Combinação de negócios: atualização na referência à estrutura conceitual;
- Alterações à IAS 16 – Ativo Imobilizado: Produto antes do uso pretendido;
- Alterações à IAS 37 – Provisões, passivos contingente e ativos contingentes: contratos onerosos; e
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - Taxas no teste de '10 por cento' para desreconhecimento de passivos financeiros.

2.4.2 Aplicáveis em períodos futuros

Estão previstos, para entrada em vigor em 01/01/2023, os seguintes normativos:

- IFRS 17 – Contratos de seguro (em substituição ao IFRS 4)
- Alterações IAS 12 – Impostos sobre a renda
- Alterações IAS 8 – Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros
- Alterações IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras: classificação do passivo em circulante e não circulante

Possíveis impactos estão sendo avaliados pelo BRDE e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

Aquelas de vigência a partir de 01/01/2024 ainda estão sendo avaliadas pela administração.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério de *pro rata* dia e calculadas com

base no método exponencial. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2 Caixas e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (saldo das contas correntes no Brasil e no exterior) e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundo de investimentos, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da aquisição e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Ativos financeiros

O BRDE reconhece um ativo financeiro na data da negociação, ou seja, quando se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento financeiro. Inicialmente reconhecido pelo valor justo e posteriormente mensurados conforme o modelo de negócios.

a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Para a classificação dos ativos financeiros o Banco realiza a avaliação e identificação do modelo de negócio ao qual o ativo está relacionado e realiza a avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo (SPPI test).

O modelo de negócios é definido pelo nível que reflete a maneira pela qual grupos de ativos financeiros são gerenciados para atingir um determinado objetivo de negócio. Portanto, o modelo de negócios de uma Instituição não depende da intenção em relação a um instrumento individual, mas sim da forma como os ativos financeiros são gerenciados para atingir sua finalidade. Após essa avaliação os ativos são classificados entre:

- a) modelo de negócio para obter fluxos de caixa contratuais;
- b) modelo de negócio para obter fluxos de caixa contratuais e venda; e
- c) outros modelos de negócio.

Quando o ativo financeiro é identificado como relacionado aos modelos de negócio de obter fluxos de caixa contratuais (item a acima) ou para obter fluxos de caixa contratuais e venda (item b acima), o Banco realiza o teste de SPPI, de forma a verificar se o ativo possui características contratuais que representem um acordo de pagamento de principal e juros.

b) Mensuração dos ativos financeiros

Com base na avaliação conjunta de modelo de negócio e teste de SPPI, os ativos financeiros são classificados nas seguintes três categorias:

- Custo amortizado: São classificados nessa categoria os ativos financeiros administrados no modelo de negócio para obter os fluxos de caixa contratuais e que apresentem características contratuais que representem principal e juros. Classificam-se nessa categoria, por exemplo, a carteira de crédito e algumas aplicações financeiras em instrumentos de dívida.
- Ao valor justo por meio do resultado (VJR): São classificados nessa categoria os ativos financeiros mantidos administrados no modelo de negócio para obter os fluxos de caixa contratuais

e venda, e que apresentem características contratuais que representem o principal e juros, além dos instrumentos de patrimônio designados nessa categoria quando do reconhecimento inicial.

➤ Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): São classificados nessa categoria os ativos financeiros relacionados a outros modelos de negócio não relacionados as categorias anteriores; ativos financeiros designados inicialmente nessa categoria como forma de reduzir “descasamentos contábeis” e demais ativos financeiros que não apresentem características contratuais de pagamento de principal e juros.

c) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o BRDE transfere os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para o desreconhecimento de acordo com os requerimentos do IFRS 9.

3.3.2 Passivos financeiros

O BRDE reconhece um passivo financeiro quando se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento financeiro.

a) Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui passivos financeiros originados de operações com derivativos.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: são passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Classificam-se nesta categoria os empréstimos e repasses tomados pelo Banco.

b) Baixa dos passivos financeiros

Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando suas obrigações são liquidadas, extintas ou canceladas.

3.3.3 Derivativos

O BRDE utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros e buscando a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.3.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O BRDE registra provisão de perdas esperadas (PE) para suas operações de crédito e instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses).

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 25.2.

O BRDE estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 25.2.1.

Baseado no processo acima, o BRDE distribui seus instrumentos financeiros em estágios, conforme descrito abaixo:

- Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o BRDE reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. O Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.
- Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o BRDE registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- Estágio 3: quando os instrumentos financeiros são considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

a) Mensuração das perdas esperadas

A partir da aplicação inicial do IFRS, o BRDE, para mensuração da provisão para perdas esperadas baseia-se principalmente no produto dos seguintes fatores:

- Probabilidade de inadimplência (PD – *probability of default*): é uma estimada de probabilidade de inadimplência ao longo de um determinado horizonte de tempo.

O BRDE avalia a probabilidade de inadimplência de seus clientes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de clientes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a opinião da equipe de

crédito, são validadas, quando apropriado, através da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência

O BRDE possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

➤ Exposição no momento da inadimplência (EAD – *exposure at default*): trata-se de uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproximam da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

➤ Perda em caso de inadimplência (LGD – *loss given default*): é uma estimativa de perda em caso de inadimplência entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que o BRDE espera receber, incluindo os pagamentos da realização de garantias.

3.3.5 Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Para mensuração do valor justo, o BRDE classifica os instrumentos financeiros conforme a hierarquia a seguir:

Nível 1 – preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 – informações (inputs) diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivativos dos preços).

Nível 3 – informações (inputs) para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis do mercado.

3.4 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

O BRDE revisa periodicamente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*), e, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período

3.5 Ativo tangível

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	Taxas
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

3.6 Ativo intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

3.7 Impostos e contribuições

A relação dos impostos e contribuições sobre o lucro e sobre o resultado ao qual o BRDE está sujeito a calcular e recolher estão discriminados na nota explicativa 14 bem como as respectivas alíquotas vigentes na data de encerramento deste exercício.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas a serem praticadas a partir de 2021, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 4.842/20, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na nota 14.2 está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico elaborado e aprovado pela Administração.

3.8 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e Carta Circular BACEN n.º 3.429/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas

para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

3.9 Benefícios pós emprego

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 23). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado semestralmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

3.10 Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo, quando for aplicável: (i) os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e (ii) os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Disponibilidades	108.675	7.106
Cotas de fundos de investimentos	965.762	760.522
Total	1.074.437	767.628

5. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado:

	2022	2021
Títulos e valores mobiliários	364.724	613.715
Letras financeiras de instituições privadas	63.457	264.485
NTN - Notas do Tesouro Nacional	301.267	349.230
Operações de crédito e repasses interfinanceiros (nota 6)	15.464.679	13.909.459
Empréstimos	788.838	761.449
Financiamentos	7.235.912	6.091.140
Financiamentos rurais	7.439.929	7.056.870
Outros ativos financeiros	202.895	206.129
Repasses interfinanceiros	123.821	132.221
Avais e fianças honrados	13.739	5.791
Devedores por compra bens e valores	65.335	68.117
(-) Provisão para perdas esperadas	(419.422)	(420.377)
(-) Provisão para perdas sobre títulos e valores mobiliários	(1.141)	(2.329)
(-) Provisão para perdas sobre operações de crédito (nota 6.5)	(418.281)	(418.048)
Total	15.612.876	14.308.926

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

6.1 Composição por estágio

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Empréstimos	644.697	642.394	99.020	78.000	45.121	41.055	788.838	761.449
Financiamentos	6.311.051	5.171.709	788.342	762.517	136.519	156.914	7.235.912	6.091.140
Financiamentos rurais	7.190.052	6.625.370	237.738	424.949	12.139	6.551	7.439.929	7.056.870
Total	14.145.800	12.439.473	1.125.100	1.265.466	193.779	204.520	15.464.679	13.909.459

6.2 Distribuição por faixa de vencimento das operações

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operações em dia	703.170	1.909.912	4.388.661	3.142.472	5.049.800	15.194.015
Operação em atraso ⁽¹⁾	22.831	51.445	88.541	50.920	56.927	270.664
Total – 2022	726.001	1.961.357	4.477.202	3.193.392	5.106.727	15.464.679
Total – 2021	652.758	1.926.323	4.170.040	2.952.107	4.208.231	13.909.459

⁽¹⁾ A operação é considerada em atraso quando apresenta alguma parcela vencida há mais de 14 dias.

6.3 Concentração por cliente

	2022	%	2021	%
Maior cliente	230.804	1,49%	222.848	1,60%
10 seguintes maiores clientes	1.573.371	10,17%	1.488.578	10,70%
20 seguintes maiores clientes	1.774.370	11,47%	1.479.848	10,64%
50 seguintes maiores clientes	2.216.894	14,34%	1.827.092	13,14%
100 seguintes maiores clientes	2.126.574	13,75%	1.913.090	13,75%
Demais clientes	7.542.666	48,78%	6.978.003	50,17%
Total da carteira	15.464.679	100%	13.909.459	100%

6.4 Concentração por setor de atividade

	2022	%	2021	%
Setor Privado	14.676.861	94,91%	13.339.472	95,90%
Agropecuária	3.926.425	25,39%	3.677.988	26,44%
Indústria	3.679.532	23,80%	3.138.492	22,56%
Infraestrutura	3.113.431	20,13%	2.870.957	20,64%
Comércio	2.431.699	15,72%	2.348.696	16,89%
Turismo	334.819	2,17%	333.718	2,40%
Saúde	199.411	1,29%	171.263	1,23%
Intermediação financeira	186.667	1,21%	201.333	1,45%
Alimentação	108.431	0,70%	90.868	0,65%
Educação	85.169	0,55%	93.047	0,67%
Esportes, recreação e lazer	129.934	0,84%	39.613	0,28%
Serviços	481.343	3,11%	373.497	2,69%
Setor Público	787.818	5,09%	569.987	4,10%
Total da carteira	15.464.679	100%	13.909.459	100%

6.5 Perdas esperadas sobre carteira de crédito

6.5.1 Composição por estágio das perdas esperadas sobre carteira de crédito

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	2022	2021	2022	2020	2022	2021	2022	2021
Empréstimos	12.381	17.922	26.313	11.033	31.795	28.980	70.489	57.935
Financiamentos	104.631	119.910	98.749	81.759	89.177	96.619	292.557	298.288
Financiamentos rurais	28.478	38.258	10.861	13.857	6.081	4.512	45.420	56.627
Repasse interfinanceiros	2.512	3.169	-	-	-	-	2.512	3.169
Outros	556	905	3.840	1.057	2.907	67	7.303	2.029
Total	148.558	180.164	139.763	107.706	129.960	130.178	418.281	418.048

6.5.2 Movimentação das perdas esperadas

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2021	180.164	107.706	130.178	418.048
Constituição / (reversão) líquida	(27.444)	14.363	7.265	(5.816)
Transferência entre estágios	(4.139)	17.773	31.221	44.855
Baixa por desreconhecimento	(23)	(79)	(38.704)	(38.806)
Saldo em 31/12/2022	148.558	139.763	129.960	418.281

6.6 Créditos renegociados e recuperados

	2022	2021
Montante renegociado no exercício	202.131	287.635
Montante recuperado:	136.021	147.394
- Por renegociação	38.671	49.286
- Por recebimento	97.350	98.108

7. ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS A VALOR JUSTO "VJR" e "VJORA"

	Nível 1		Nível 2		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	947.934	973.582	885.848	517.069	1.833.782	1.490.651
Títulos públicos (1)	947.934	973.582	-	-	947.934	973.582
Cotas em fundo de renda fixa (2)	-	-	858.572	502.724	858.572	502.724
Cotas em fundo de investimento (3)	-	-	27.276	14.345	27.276	14.345
Derivativos (4)	-	-	-	-	-	-
Ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA)	2.971	5.080	-	-	2.971	5.080
Ações de companhia aberta	2.971	5.080	-	-	2.971	5.080
Total de títulos e valores mobiliários	950.905	978.662	885.848	517.069	1.836.753	1.495.731

(1) Desse montante R\$ 8.204 (2021 – R\$ 7.280) está vinculado como garantia em processos judiciais.

(2) Desse montante R\$ 443.708 (2021 – R\$ 218.935) são recursos do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, sendo o BRDE o gestor do fundo.

(3) São aplicações em fundos de investimentos administrados por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço:

Fundo	Administrador	2022	2021
Fundo Garantidos de Investimento – FGI	BNDES	2.798	2.727
Fundo de Investimento em Participações CRIATEC III	Lions Trust Adm de Recursos Ltda	11.940	8.517
FIP BRL1558 – Anjo Capital Semente	BRI Trust Investimentos Ltda	6.768	2.885
TM3 Capital VC4 Fundo Invest. Partic. Multiestratégia	Lions Trust Adm de Recursos Ltda	5.770	216
Total		27.276	14.345

(4) Para os empréstimos contraídos junto com instituições financeiras do exterior, e que não foram internalizados em moeda nacional, o BRDE contratou *swap* como medida de proteção, apresentando os seguintes saldos:

	Valor do contrato		Valor justo a receber / (a pagar)	
	2022	2021	2022	2021
Derivativos mantidos como hedge	44.632	44.632	(6.483)	(2.518)

Os valores de curva e de mercado do objeto e do instrumento de hedge são:

	2022			2021
	Valor da curva	Ajuste de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Objeto	25.715	(1.281)	24.434	39.565
Instrumento	5.243	1.240	6.483	2.517

O BRDE realiza testes de efetividade no início da operação, teste prospectivo inicial da estrutura de hedge, avalia periodicamente a efetividade por ocasião dos encerramentos contábeis na periodicidade mensal e em virtude da elaboração das demonstrações financeiras. A metodologia adotada para os testes de efetividade se baseia no quociente entre o ajuste a valor de mercado do instrumento de hedge e o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge, o que permite ao BRDE avaliar a variação de mercado líquida das apropriações (*accruals*) da curva. Assim, em atendimento ao exigido pelo Banco Central do Brasil, no que tange aos resultados e métodos adotados

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor Captado ⁽¹⁾	Data inicial	Data final	Indexador
BEI	€\$ 6.707	25/02/2021	10/09/2025	EUR + 0,65% a.a.

(1) valores expressos em milhares na moeda captada

8. OUTROS ATIVOS

	2022	2021
Devedores por depósitos em garantia	64.221	89.604
Comissões a receber	14.843	10.548
Despesas pagas antecipadamente	11.803	420
Créditos a receber do Tesouro Nacional	18.963	11.522
Direito de uso com arrendamento (nota 11)	18.135	15.835
Outros ativos	2.783	4.499
Ativos não financeiros mantidos para venda	39.316	33.627
(-) Provisão perdas sobre ativos não financeiros	(20.027)	(19.998)
Total	150.037	146.057

9. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os ativos tangíveis dizem respeito o imobilizado para uso próprio.

Os ativos intangíveis são compostos por softwares adquiridos ou desenvolvidos pelo BRDE.

	Ativo tangível					Intangível
	Imóveis	Móveis e Equipamentos	Veículos	Outros	Total	Softwares
Saldo em 31/12/2021	44.527	6.417	929	256	52.129	17.180
Aquisições	37	2.405	285	362	3.089	3.587
Baixas	(12)	(491)	-	(23)	(526)	(146)
Depreciação/Amortização	(1.292)	(1.601)	(374)	(34)	(3.031)	(6.203)
Saldo em 31/12/ 2022	43.260	6.730	840	561	51.391	14.418
Custo aquisição acumulado	62.166	24.819	1.478	2.519	90.982	46.745
Depreciação/Amort. acumulada	(17.639)	(18.402)	(549)	(2.263)	(38.853)	(29.565)

10. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	2022	2021
Depósitos a prazo	11.832	30.976
Obrigações por empréstimos e repasses	13.884.757	12.545.041
Empréstimos e repasses do exterior – instituições financeiras	1.368.054	936.840
Repasses do país – instituições oficiais – BNDES	9.346.744	9.079.485
Repasses do país – instituições oficiais - FINAME	1.600.915	1.190.892
Repasses do país – instituições oficiais – FINEP	333.895	339.025
Repasses do país – instituições oficiais – CEF	277.857	396.623
Repasses do país – instituições oficiais – BB	451.718	213.910
Repasses do país – instituições oficiais – FUNGETUR	493.957	382.851
Repasses do país – instituições oficiais – Outras	11.617	5.415
Outros passivos financeiros	620.077	497.598
Fundo Setorial do Audiovisual – FSA (1)	443.630	218.935
Valores de mutuários a regularizar (2)	15.003	5.894
Recursos do FUNGETUR (3)	139.334	272.769
Recursos do FUNCAFÉ (3)	22.110	-
Total	14.516.666	13.073.615

(1) São recursos destinados a toda cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil.

(2) Valores recebidos de clientes em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

(3) Corresponde a recursos disponibilizados pelos Ministérios competentes, destinados a operações de financiamento relacionados com a atividade fim.

11. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

O BRDE é arrendatário, predominantemente, de imóveis de uso em algumas de suas operações, que incluem opções de renovação e eventuais cláusulas de reajuste. Durante o período findo em 31/12/2022, a saída de caixa com arrendamentos foi de R\$ 2.411 (2021 – R\$ 2.199).

O BRDE considera, no âmbito do IFRS 16, para a mensuração do passivo de arrendamento o total de pagamentos futuros de aluguéis, ajustados a valor presente, sendo que o montante reconhecido no Balanço Patrimonial o seguinte:

	2022	2021
Até 1 ano	2.279	1.998
De 1 a 5 anos	12.949	11.302
Mais de 5 anos	2.907	2.535
Total	18.135	15.835

Valores de arrendamento reconhecidos na demonstração do resultado:

	2022	2021
Despesas de depreciação	2.279	1.998
Despesas de juros	132	201
Total	2.411	2.199

12. PROVISÕES

	2022	2021
Provisão para fiscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 13)	92.185	98.388
Provisão para avais e fianças bancárias (1)	5.710	5.800
Provisão com despesas de pessoal	28.713	27.181
Total	126.608	131.369

(1) Calculada através do modelo de mensuração de provisão (*impairment*) baseado nos conceitos de “perda incorrida” sobre a carteira de garantias financeiras prestadas na modalidade carta de fiança no montante de R\$ 159.208 (2021 – R\$ 95.598) que estão assegurados por garantias reais (hipotecas, alienação fiduciária de imóveis, entre outros).

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	31/12/2021	Constituição	Atualização	Reversão	Pagamento	31/12/2022
Previdenciárias	6.945	-	-	(6.945)	-	-
Trabalhistas	32.932	3.699	2.734	(2.493)	(3.947)	32.925
Cíveis	58.511	970	4.217	(630)	(3.808)	59.260
Total	98.388	4.669	6.951	(10.068)	(7.755)	92.185

De acordo com a nota 3.8 o montante de provisão trabalhista refere-se a ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 113.080 (2021 - R\$ 101.589), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE.

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- a. R\$ 52.404 referem-se a honorários de sucumbência;
- b. R\$ 4.755 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e
- c. R\$ 2.101 referem-se a embargos interpostos por mutuário contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 57.909.

Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 3.164.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor, em 31/12/2022, é de R\$ 27.407 (2021 – R\$ 25.511).

14. IMPOSTOS

Os tributos são calculados pelas alíquotas a seguir informadas considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente para cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda	10,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 03/2020 a 06/2021 e 01/2022 a 07/2022 ⁽¹⁾	20,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 07/2021 a 12/2021 ⁽²⁾	25,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 08/2022 a 12/2022 ⁽³⁾	21,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) de acordo com a Emenda Constitucional n.º 103, de 12/11/2019

(2) de acordo com a Lei 14.183/2021

(3) de acordo com a Lei 14.446/2022

14.1 Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Impostos correntes sobre a renda reconhecidos no resultado	316.317	220.298
Imposto de renda	171.210	112.908
Contribuição social sobre o lucro líquido	145.107	107.390
Impostos diferidos reconhecidos no resultado	202	11.855
Imposto de renda	738	19.641
Contribuição social sobre o lucro líquido	(536)	(7.786)
Total de imposto de renda e contribuição social	316.519	232.153

14.2 Impostos diferidos

O Banco possui créditos e obrigações tributárias de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes diferenças temporárias, que são realizadas quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas:

CRÉDITOS	31/12/2021	Constituição	Realização	31/12/2022
<i>Impairment</i> de empréstimos e recebíveis	188.122	48.234	(46.237)	190.119
<i>Impairment</i> de avais e fianças bancárias	2.610	482	(523)	2.569
<i>Impairment</i> de títulos e valores mobiliários	1.492	-	(99)	1.393
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	224	541	-	765
Passivos contingentes	44.274	3.690	(6.481)	41.483
Provisão para assistência médica	106.389	17.088	(18.826)	104.651
Créditos baixados para prejuízo	55.040	13.100	(30.483)	37.657
Outros	2.731	6.451	(7.322)	1.860
Total – ativo diferido	400.882	89.586	(109.971)	380.497
OBRIGAÇÕES	31/12/2021	Constituição	Realização	31/12/2022
Recuperação judicial deferimento	4.341	2.298	(5.325)	1.314
Renegociações tributadas por caixa	31.905	2.251	(6.142)	28.014
Atualização depósitos judiciais	25.214	1.746	(7.519)	19.441
Total – passivo diferido	61.460	6.295	(18.986)	48.769

A expectativa de realização dos créditos e obrigações diferidas em 31 de dezembro é:

Tempo de realização	Créditos		Obrigações	
	2022	2021	2022	2021
1º ano	58.964	98.307	5.433	8.843
2º ano	72.446	64.110	23.094	30.850
3º ano	27.962	29.201	2.829	2.962
4º ano	24.265	20.300	3.079	2.734
5º ano	18.519	17.003	2.576	2.871
6º ao 10º ano	56.260	54.526	7.601	8.842
Acima do 10º ano	122.081	117.435	4.157	4.358
Total – ativo diferido	380.497	400.882	48.769	61.460

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2022	2021
Participação nos lucros e resultados a pagar	11.519	11.317
Honras de fundos garantidores	19.278	18.283
Fornecedores de bens e serviços	13.021	2.938
Impostos e contribuições de terceiros a recolher	11.052	10.522
PIS / COFINS / ISS a recolher	5.177	4.314
Benefícios pós emprego (nota 23)	258.803	237.300
Obrigações de arrendamento (nota 11)	18.135	15.835
Outras	4.977	5.849
Total	341.962	306.358

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a. Capital Social**

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 1.971.507.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

b. Aumento de capital

Houve dois aumentos de capital nos valores de R\$ 107.859 e R\$ 128.724, oriundos da capitalização dos resultados do 2º semestre de 2021 e 1º semestre de 2022, respectivamente, e de integralização de reservas.

c. Reserva de lucro

No primeiro semestre de 2021, patrimônio líquido do BRDE foi objeto de reclassificação contábil interna dos valores oriundos do fundo de reserva regimental, que passaram a fazer parte do grupo de reservas de lucro, tendo sido zerado o saldo do grupo de reserva de capital.

17. RESULTADO COM JUROS E SIMILARES

	2022	2021
Receita com juros e similares	1.860.887	1.383.054
Receita com operações de crédito	1.433.220	1.093.439
Empréstimos	111.696	43.776
Financiamentos	762.105	562.245
Financiamentos rurais	537.265	485.950
Repasses interfinanceiros	22.154	1.468
Receita com outros ativos financeiros	427.667	289.615
Títulos e valores mobiliários e inst. financeiros derivativos	320.270	186.729
Recebimento de créditos classificados como prejuízo	97.350	98.108
Outros ativos	10.047	4.778
Despesa com juros e similares	(773.253)	(627.953)
Despesa com empréstimos e repasses	(748.069)	(592.687)
Empréstimos e repasses do exterior	(551)	(6.177)
BNDES	(542.215)	(471.309)
FINAME	(98.169)	(48.706)
CEF	(33.571)	(25.629)
Outros repassadores	(73.563)	(40.866)
Despesa com outros passivos financeiros	(25.184)	(35.266)
Emissão de RDB's	(3.862)	(976)
Títulos e valores mobiliários e inst. financeiros derivativos	(21.322)	(34.290)
RESULTADO COM JUROS E SIMILARES	1.087.634	755.101

18. RESULTADO COM TARIFAS E COMISSÕES

	2022	2021
Receita com tarifas e comissões	44.907	37.025
Comissão administração do FSA	7.695	6.026
Comissão sobre aval ou fiança prestado	4.659	5.193
Tarifa de análise	13.708	8.209
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	11.649	8.829
Outras tarifas e serviços	7.196	8.768
Despesa com tarifas e comissões	(31.657)	(20.498)
Tarifas bancárias	(2.274)	(1.713)
Taxa administração fundo BB	(1.945)	(2.099)
Comissão saldo FUNGETUR	(21.597)	(11.907)
Comissão sobre empréstimos e repasses do exterior	(4.068)	(4.240)
Outras comissões	(1.773)	(539)
RESULTADO COM TARIFAS E COMISSÕES	13.250	16.527

19. DESPESAS COM PESSOAL

	2022	2021
Honorários diretores e conselheiros	6.573	6.123
Benefícios	31.403	37.597
Encargos sociais	59.215	58.296
Proventos	124.134	111.044
Treinamento e seleção	451	307
Estagiários	2.571	2.136
Total	224.347	215.503

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Aluguel, condomínio, água e luz	3.601	3.526
Comunicações	1.446	1.318
Manutenção e conservação de bens	4.555	5.566
Processamento de dados	11.430	9.338
Promoções e relações públicas	2.965	2.287
Publicidade e propaganda	3.802	4.351
Serviços de terceiros	2.581	2.029
Serviços técnicos especializados	4.787	2.848
Vigilância e segurança	1.131	1.024
Transporte	1.769	1.169
Viagem	2.344	528
Emolumentos judiciais e cartorários	1.475	1.466
Despesas estatutárias	4.712	4.727
Incentivos fiscais	6.580	4.633
Outras despesas administrativas	3.753	2.174
Total	56.931	46.984

21. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2022	2021
PIS	7.209	5.000
COFINS	44.361	30.772
ISS	2.089	2.129
Outros tributos	3.013	1.813
Total	56.672	39.714

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2022	2021
Outras receitas operacionais	32.277	56.599
Venda carteira baixada em prejuízo (1)	23.857	17.311
Atualização de depósitos judiciais	4.581	2.108
Outras receitas operacionais (2)	3.839	37.180
Outras despesas operacionais	(30.230)	(25.442)
Fiança honrada de cliente em prejuízo	(5.042)	(5.641)
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	(22.671)	(17.476)
Outras despesas operacionais	(2.517)	(2.325)
Total outras receitas (despesas) operacionais	2.047	(31.157)

(1) Trata-se de cessão de créditos vencidos e integralmente baixados para prejuízo, sem coobrigação, oriundos de suas operações de créditos para compradores não caracterizados como partes relacionadas.

(2) Em 2021, R\$ 34.613 referem-se a estorno de juros da carteira FGPC – Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade, que foi reclassificada de obrigações para repasses, alterando-se a estimativa contábil da obrigação do BRDE junto ao Fundo, sendo que o principal reclassificado em outras obrigações (nota 15).

23. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2022.

23.1 Característica dos planos de benefícios

23.1.1 – Planos de benefícios de previdência

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN

para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

➤ Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade já preencheram, em sua maioria, os requisitos necessários para elegibilidade ao início de aposentadoria pelo Plano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, sendo os recursos superavitários alocados integralmente em Reserva de Contingência, para garantia dos benefícios. Portanto, conclui-se que não há, no momento, benefícios econômicos disponíveis para o Banco, conforme definição do CPC 33 (R1), resultando na adoção de um Teto do Ativo de R\$ 0 (zero reais).

Em 31/12/2022, o Banco figura como patrocinador de 53 participantes ativos (31/12/2021 - 58), 385 aposentados (31/12/2021 - 386) e 98 pensionistas (31/12/2021 - 95).

➤ Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 31/12/2022, o Banco figura como patrocinador de 351 participantes ativos (31/12/2021 - 349), 6 aposentados (31/12/2021 - 5) e 17 pensionistas (31/12/2021 - 16).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de *Asset and Liability Management* – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

23.1.2 – Programa de assistência à saúde - PAS

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. O PAS é operacionalizado por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE, registrado na rubrica “Outras Obrigações – Diversas”.

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 31/12/2022, o total de beneficiários com cobertura de pós-emprego é de 839 (31/12/2021 - 846).

23.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

23.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	PB I		PB II		PAS	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais	863.959	891.868	27.519	24.328	258.695	236.420
Valor justo dos ativos do plano	(1.096.242)	(1.062.637)	(27.412)	(23.448)	-	-
Déficit (superávit) apurado	(232.283)	(170.769)	107	880	258.695	236.420
Efeito no teto do ativo	232.283	170.769	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	-	-	107	880	258.695	236.420

23.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	PB I		PB II		PAS	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Obrigações atuariais no início do período	891.868	1.026.131	24.328	27.371	236.420	257.398
Custo do serviço corrente líquido	53	123	946	1.152	383	805
Contribuições de participantes realizadas no período	866	892	-	-	-	-
Despesa de juros	93.275	65.766	2.806	1.949	25.393	18.260
Benefícios pagos no período	(74.023)	(67.683)	(1.451)	(737)	(18.179)	(6.458)

(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas demográficas	9.191	(4.974)	(740)	(406)	6.393	-
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas financeiras	(60.596)	(180.917)	(2.579)	(7.098)	(334)	(33.960)
(Ganhos)/perdas – ajustes pela experiência	3.325	52.530	4.209	2.097	8.619	375
Passivo (ativo) atuarial líquido	863.959	891.868	27.519	24.328	258.695	236.420

23.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	PB I		PB II	
	2022	2021	2022	2021
Valor justo dos ativos no início do período	(1.062.637)	(1.143.214)	(23.448)	(21.422)
Benefícios pagos no período	74.023	67.683	1.451	737
Contribuições de participante realizadas no período	(866)	(892)	-	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(9.322)	(8.497)	(2.123)	(1.690)
Receita de juros	(114.729)	(73.622)	(2.819)	(1.572)
Retorno sobre ativos abaixo (acima) da receita de juros	17.289	95.905	(473)	499
Passivo (ativo) atuarial líquido	(1.096.242)	(1.062.637)	(57.412)	(23.448)

23.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	PB I		PB II	
	2022	2021	2022	2021
Efeito do teto de ativo no início do período	170.769	105.840	-	-
Despesa de juros	21.004	7.013	-	-
Mudanças no efeito do teto do ativo	40.510	57.916	-	-
Efeito no teto de ativo no fim do período	232.283	170.769	-	-

23.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	PB I		PB II		PAS	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período	-	(11.244)	880	5.950	236.420	257.398
Custo do serviço corrente líquido	53	123	946	1.152	383	805
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	93.275	65.766	2.806	1.949	25.393	18.260
Despesa de juros – efeito do teto de ativo	21.004	7.013	-	-	-	-
Receita de juros – valor justo dos ativos	(114.729)	(73.622)	(2.819)	(1.572)	-	-
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(397)	(720)	933	1.529	25.776	19.065

(Ganhos)/perdas no valor presente das obrigações atuariais	(48.080)	(133.360)	890	(5.408)	14.678	(33.585)
Mudanças no efeito do teto do ativo	40.510	57.916	-	-	-	-
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	17.289	95.905	(473)	499	-	-
Remensurações em outros resultados abrangentes	9.719	20.461	417	(4.909)	14.678	(33.585)
Contribuições do banco no período	(9.322)	(8.497)	(2.123)	(1.690)	(18.179)	(6.458)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	-	-	107	880	258.695	236.420

23.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,03%	0,01%
Renda fixa	80,70%	79,69%	71,72%	73,40%
Renda variável	3,97%	4,17%	8,37%	9,58%
Imobiliário	0,66%	0,60%	0,14%	0,14%
Estruturado	8,78%	11,02%	14,14%	10,42%
Carteira de empréstimos	0,41%	0,43%	1,70%	1,55%
Outros	5,48%	4,09%	3,90%	4,90%

23.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 8,36 anos para o PB I, 15,19 anos para o PB II e 13,11 anos para o PAS.

O quadro a seguir apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Taxa de desconto atuarial (real)	6,09%	5,25%	6,19%	5,43%	6,21%	5,43%
Retorno real esperado sobre os ativos	6,09%	5,25%	6,19%	5,43%	6,21%	5,43%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	N/A	N/A
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	N/A	N/A	4,10%	4,10%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	98,20%	98,20%	98,20%	98,20%	98,20%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	98,20%	98,20%	98,20%	98,20%	98,20%
Inflação esperada	5,31%	5,03%	5,31%	5,03%	5,31%	5,03%
Taxa de desconto nominal	11,72%	10,54%	11,83%	10,73%	11,85%	10,73%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	11,72%	10,54%	11,83%	10,73%	11,85%	10,73%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	9,21%	8,92%	9,21%	8,92%	N/A	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	5,31%	5,03%	5,31%	5,03%	5,31%	5,03%
Mortalidade geral	2022 – AT 2012 segregada por sexo		2021 - AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo			
Mortalidade dos inválidos	MI 85, segregada por sexo					
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas					
Taxa anual de rotatividade	Nula					
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade		100% na elegibilidade ao benefício programado		60 anos	
Composição familiar	Família média. Para pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		Família média. Para pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		Família efetiva (conforme informações cadastrais)	
Aging fator	N/A	N/A	N/A	N/A	Até 24 anos: 1,5% De 25 a 54 anos: 2,5% De 55 a 79 anos: 4,5% 80 anos ou mais: 2,5%	
Take up	N/A	N/A	N/A	N/A	100%	100%
Taxa de desistência após concessão do benefício	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

23.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(32.558)	(1.848)	(14.939)	(3,77%)	(6,72%)	(5,77%)
	redução de 0,5 p.p	34.920	2.064	16.669	4,04%	7,50%	6,44%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	20.014	(141)	12.231	2,32%	(0,51%)	4,73%
	redução de 1 ano	(16.220)	165	(12.101)	(1,88%)	0,60%	(4,68%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	16.940	-	-	6,55%
	redução de 0,5 p.p	-	-	(15.295)	-	-	(5,91%)

23.6 Fluxos de caixa futuros

23.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	PB I		PB II		PAS	
	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado
	em 2022	em 2023	em 2022	em 2023	em 2022	em 2023
Contribuições do empregado	9.322	8.722	2.123	1.908	18.179	17.750
Contribuições do participante	866	40	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	74.023	78.584	1.451	1.438	18.179	17.750
Benefícios pagos diretamente pelo banco	-	-	-	-	-	-

23.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PAS
Próximos 5 anos	400	8	69
6 a 10 anos	361	12	61
Após 10 anos	767	126	129

24. PARTES RELACIONADAS

a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em outras despesas administrativas.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em despesas com pessoal.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	2022	2021
Locação de salas	(805)	(740)
Ressarcimento de salários	1.250	683
Contribuição patronal	(8.431)	(8.312)
Total	(7.986)	(8.369)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos semestres findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	2022	2021
Benefícios de curto prazo	8.230	7.305
Diretoria	7.481	6.831
Conselho de Administração	494	360
Conselho Fiscal	89	-
Comitê de Auditoria	166	114
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	25	340
Total	8.255	7.645

c) Agência de Fomento do Paraná S/A – FOMENTO PR

No 1º semestre de 2021, o BRDE concedeu empréstimo, em condições similares aos demais clientes do BRDE, a Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PR), cujo controlador é o Estado do Paraná, um dos sócios do BRDE, sendo que o saldo em 31/12/2022 é de R\$ 7.069 (2021 – R\$ 9.621).

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS

25.1 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

25.2 Risco de crédito

A estrutura de avaliação de risco do BRDE está alicerçada no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde as agências até a esfera diretiva e seu Comitê de risco e de Crédito na Direção Geral.

A análise individualizada do cliente e do seu negócio de atuação realizada periodicamente, aliada às perspectivas comerciais e econômicas, bem como a parametrização sistêmica das regras para concessão de crédito, fortalece a sistemática de avaliação de risco do crédito do BRDE.

O BRDE administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas – particularmente em relação aos clientes e grupos individuais e quanto ao ramo de atividade. A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupo de devedores e a segmentos da economia. Esses riscos são monitorados e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos/financiamentos, efetivos e potenciais, considerando o efetivo pagamento das parcelas dos contratos.

Como forma de proteger o crédito concedido, o BRDE tem como principal estratégia a vinculação de garantias reais aos contratos de crédito sendo, preferencialmente, compostas por alienação fiduciária de imóveis cujo valor de avaliação de mercado seja, no mínimo, 110% do valor total do crédito concedido.

A natureza e valor da garantia real são considerados na classificação de risco da operação de crédito, com consequente impacto na estimativa de probabilidade de inadimplência. O BRDE não deixa de reconhecer provisão sobre suas operações em decorrência da existência de garantias.

25.2.1 Política de *impairment*

O BRDE avalia em cada data-base de suas demonstrações financeiras consolidadas a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros esteja deteriorado com base no sistema interno de classificação de risco. A política operacional exige a revisão da classificação de risco dos ativos financeiros individuais considerados relevantes (ativo com saldo superior a R\$ 50 mil) no mínimo uma vez por exercício.

As probabilidades e expectativas de perdas foram estimadas agrupando as operações de créditos em 6 grupos homogêneos:

- ✓ Indústrias, extrativa e de transformação;
- ✓ Comércio e serviços;
- ✓ Setor primário;
- ✓ Energia e municípios;
- ✓ Cooperativas agroindustriais; e
- ✓ Operações indiretas.

Para cálculo da LGD foi considerado o agrupamento acima e para cálculo da PD e EAD, além do mesmo agrupamento, foi considerado o rating de risco de crédito no momento de avaliação para os definidos cálculos.

Adicionalmente são utilizadas informações macroeconômicas e projeções sobre condições financeiras futuras a fim de calcular o ajuste *forward-looking* na PD dos grupos homogêneos definidos.

Os parâmetros para cálculo da PE Vida foram estimados até 60 meses e extrapolados a partir de então até 120 meses

Com base nesses critérios e nas informações constantes na nota 3.3.4 apresentamos quadro resumo da carteira e do *impairment* agrupados nos segmentos acima mencionados:

Segmento	2022		2021		
	Saldo carteira	Impairment	Saldo carteira	Impairment	
Estágio 1	Ind. Extrativa e de Transformação	1.847.929	57.183	3.668.891	12.838
	Comércio e serviços	2.589.540	61.588	2.441.186	68.863
	Setor primário	1.208.241	10.854	1.716.583	11.129
	Energia e municípios	2.135.903	3.460	1.525.021	64.581
	Cooperativas agroindustriais	4.021.853	8.376	2.139.402	8.598
	Operações indiretas	2.522.115	7.097	1.148.581	14.155
	Total estágio 1	14.325.581	148.558	12.639.664	180.164
Estágio 2	Ind. Extrativa e de Transformação	277.255	37.599	44.614	262
	Comércio e serviços	427.632	88.258	417.068	55.968
	Setor primário	173.885	9.668	168.625	3.543
	Energia e municípios	172.373	2.716	273.707	34.981
	Cooperativas agroindustriais	26.967	497	91.840	1.378
	Operações indiretas	66.209	1.025	275.403	11.574
	Total estágio 2	1.144.321	139.763	1.271.257	107.706
Estágio 3	Ind. Extrativa e de Transformação	72.224	44.206	691	615
	Comércio e serviços	76.425	62.092	75.368	62.081
	Setor primário	38.999	18.111	21.318	7.911
	Energia e municípios	2.597	964	67.430	40.904
	Cooperativas agroindustriais	2.164	1.376	1.344	948
	Operações indiretas	5.263	3.211	38.516	17.719
	Total estágio 3	197.672	129.960	204.667	130.178
Total	15.667.574	418.281	14.115.588	418.048	

25.3 Risco de mercado

O Banco monitora o risco de mercado através da utilização da metodologia do Valor em Risco (VaR), que busca simular e determinar os níveis máximos de perda esperada, em um determinado período de tempo, com um certo grau de confiabilidade, tanto em condições normais de mercado quanto em cenários de estresse e volatilidade.

O gestor do Fundo utiliza o VaR para estimar as perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Para os títulos e valores

mobiliários, o nível de confiança para o cálculo do VaR não paramétrico é de 95%, estimada a partir da série de choques dos últimos 150 d.u..

Relatórios de acompanhamento de mercado, bem como outros procedimentos operacionais, permitem o acompanhamento, a prevenção e a correção de possíveis desequilíbrios, garantindo a solidez do Banco, mitigado por possuir parcela significativa de sua carteira de empréstimos e recebíveis com prazos e taxas atrelados a captações por repasses.

25.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez relaciona-se à incapacidade de atendimento das necessidades de caixa, ou seja, à ocorrência de descasamentos nos fluxos financeiros entre operações ativas e passivas e os reflexos decorrentes sobre a capacidade de obtenção de recursos financeiros pela instituição para o exercício de suas obrigações.

O Banco mantém os seus compromissos de operações de crédito, tanto no ativo como no passivo, no mesmo prazo de pagamento e recebimento, o que evita descasamentos e permite o controle do risco de liquidez e do risco de mercado de forma conjunta, observando as projeções para o fluxo de caixa, bem como possíveis alterações em sua estrutura, aquelas resultantes de variações no cenário macroeconômico, que possam afetar a alocação e a captação no âmbito do mercado.

O BRDE mantém em sua carteira de títulos e valores mobiliários posições substanciais em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais como forma de reduzir o risco de liquidez. Estes ativos apresentam grande volume de negociação no mercado.

26. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital está definido nos normativos internos como o processo contínuo de: (a) Monitoramento e controle do capital mantido pelo BRDE; (b) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e (c) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do BRDE.

O patrimônio de referência corresponde à medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais do Banco. Pelas normas vigentes, considerando os GAAPs locais, os limites de capital no exercício findo apresentaram os seguintes valores:

	2022	2021
Patrimônio de Referência	3.823.886	3.381.134
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	18.957.393	16.515.896
Risco de Crédito - RWACPAD	17.654.898	15.230.007
Risco de Mercado - RWAMPAD	81.783	112.887
Risco Operacional - RWAOPAD	1.220.712	1.173.002
Índice de Basileia	20,17	20,47

DIRETORIA

Diretor-Presidente

WILSON BLEY LIPSKI

Diretor Vice-Presidente e Diretor de
Acompanhamento e Recuperação de Créditos

MARCELO HAENDCHEN DUTRA

Diretor de Planejamento e
Diretor de Operações

OTOMAR OLEQUES VIVIAN

Diretor Financeiro

EDUARDO PINHO MOREIRA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

WILSON BLEY LIPSKI

Conselheiros

WAGNER CARLOS AICHNER

JULIANA BALDESSAR WEBER BECKER

WAGNER MARCOS SALAI

PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA

JOÃO BIRAL JUNIOR

LUÍS CARLOS PRANDINI

FABIANO MEASSI

Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos

Controladores e aos Diretores do

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de créditos (*impairment*)

Conforme apresentado na nota explicativa nº 6.5 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito totaliza R\$ 418.281 mil, constituída sobre diversos portfólios de crédito os quais são revisados pela diretoria, periodicamente, no que tange a estimativa de perdas esperadas dessas operações (*impairment*), em conformidade com o pronunciamento “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros” (IFRS 9). A estimativa envolve julgamento da diretoria na determinação da provisão mediante a aplicação de metodologia que identifique as perdas esperadas nas operações em curso, categorizadas em diferentes estágios, utilizando-se de premissas e julgamentos os quais incluem, entre outros, as análises sobre o ambiente econômico dos mercados onde os tomadores de crédito estejam inseridos, o histórico de pagamentos dos tomadores de crédito em operações similares contratadas, incluindo renegociações e avaliações de garantias aceitas nas operações.

Dada a relevância dos saldos de operações sujeitas ao risco de crédito, assim como grau de subjetividade e julgamento empregados pela diretoria para a determinação da perda esperada associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, bem como os requerimentos de divulgação relacionados, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Avaliamos o desenho e o funcionamento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito, bem como aqueles relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela diretoria, em consonância com as políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos pelo Banco para atendimento aos requisitos do IFRS 9. Com o apoio de nossos especialistas para fins de validação dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito, procedemos a avaliação da aplicação das metodologias estabelecidas, premissas e demais informações determinadas pela diretoria e da categorização nos respectivos estágios de risco, além do recálculo das estimativas de perda esperada.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para a apuração e registro contábil são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras consolidadas, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$ 258.802 mil em 31 de dezembro de 2022. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras consolidadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$ 380.497 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras consolidadas, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas por não recuperação de empréstimos e recebíveis, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito, em concordância com a legislação vigente. Ainda, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras consolidadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificações, nesta mesma data.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 28 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F


Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC - RS062793/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Período findo em 31.12.2022

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, vigente a partir 01/01/2022. Durante o 2º semestre de 2022, o órgão estatutário reuniu-se três (03) vezes, onde foram exercidas as atribuições regulamentares e analisadas as demonstrações financeiras da data-base de 31.12.2022, sendo examinado e aprovado o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo a seguir:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Também acompanhou a evolução do atendimento pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN, pela auditoria independente e acompanhamento de órgãos de fiscalização, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais. O Comitê destaca que área está em constante aprimoramento e alinhada com sua visão de futuro sobre as estratégias necessárias para mitigar os riscos e fortalecer os controles da organização.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade, o detalhamento das informações e serviços prestados pela empresa de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios e/ou contratuais. Não tendo sido verificadas situações em que a independência da auditoria externa ficasse comprometida no exercício de suas atribuições.

IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; o Estudo Técnico dos Créditos Tributários Diferidos de imposto de renda e contribuição social; o Relatório da Administração e Socioambiental; e os Relatórios dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 31 de dezembro de 2022. Com base nas atividades desenvolvidas, e com o respaldo da auditoria interna, não foi identificado descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Deste modo, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 20 de março de 2023.

Alex Mussoi
Ribeiro

Assinado de forma digital
por Alex Mussoi Ribeiro
Dados: 2023.03.23
20:03:53 -03'00'

ALEX MUSSOI RIBEIRO
Coordenador do Comitê de Auditoria
Representante do Estado de SC

LAUREN DE VARGAS
MOMBACK:92280382091

Digitally signed by LAUREN DE
VARGAS MOMBACK:92280382091
Date: 2023.03.23 17:29:57 -03'00'

LAUREN DE VARGAS MOMBACK
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do RS

EDERSON JOSE PINHEIRO
COLACO:03475527901

Assinado de forma digital por EDERSON
JOSE PINHEIRO COLACO:03475527901
Dados: 2023.03.22 16:16:40 -03'00'

EDERSON J. PINHEIRO COLAÇO
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na condição de membros do Conselho Fiscal do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e no exercício das atribuições legais e estatutárias relacionadas, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pelas áreas técnicas e representantes da Administração no curso do respectivo exercício e no Relatório dos Auditores Independentes, entendemos que os documentos estão em conformidade com as práticas contábeis que se aplicam ao BRDE, e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da instituição, opinando por sua aprovação.

Porto Alegre, 28 de março de 2023.

CICERO ANTONIO
EICH:47887931053

Assinado de forma digital
por CICERO ANTONIO
EICH:47887931053
Dados: 2023.03.28 11:28:58
-03'00'

CÍCERO ANTÔNIO EICH
Presidente do Conselho Fiscal
Representante do PR

Documento assinado digitalmente
gov.br EDUARDO ROSEMBERG LACHER
Data: 28/03/2023 12:05:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDUARDO ROSEMBERG LACHER
Conselheiro Fiscal
Representante do RS

Documento assinado digitalmente
gov.br RICARDO FERREIRA
Data: 28/03/2023 12:39:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RICARDO FERREIRA
Conselheiro Fiscal - Suplente
Representante de SC